

Carta de Reivindicações do Coletivo de Médicos e Médicas da Atenção Primária à Saúde da Região do Butantã

No último dia 24 de maio de 2022, o médico de família e comunidade Marco Antonio Silva dos Santos foi demitido, sem justificativa plausível, sem poder cumprir aviso prévio, tendo essa medida sido seguida por diversas alegações caluniosas graves quanto a sua conduta ou competência por parte da contratante, a Organização Social Associação Paulista pelo Desenvolvimento da Medicina (SPDM).

A decisão monocrática da empresa desconsiderou o tempo de trabalho dedicado do profissional, o vínculo de anos estabelecido entre ele e a comunidade a que assiste e a opinião dos usuários ou conselho gestor da Unidade Básica de Saúde Real Parque. É importante frisar que a população assistida é composta pelo Povo Pankararu, povo indígena que habita na comunidade do Real Parque, e que conquistou com muita luta uma equipe de Estratégia de Saúde da Família. Essa equipe teria profissionais capacitados para atender as demandas específicas dessa população, levando em consideração aspectos culturais atravessadores dos processos de saúde-doença desse povo.

Esse profissional, por muito tempo buscou garantir um cuidado longitudinal, ampliação de acesso, maior equidade, levando em consideração aspectos comunitários e familiares, além de tornar esse ambiente assistencial um ambiente pedagógico para dezenas de graduandos e pós graduandos. Sua demissão fere de morte a assistência à população indígena e a missão educacional do Sistema Único de Saúde. A liberdade da SPDM em fazê-lo, sem o menor escrúpulo, expõe a ausência de controle social, a desresponsabilização da Secretaria Municipal de Saúde e o racismo estrutural que perpassa essas entidades que desconsidera a autonomia desse povo ao decidir por ele.

Quanto a nós, demais trabalhadores, sentimo-nos diretamente agredidos pela postura da empresa que desconsidera nosso papel enquanto prestadores de cuidados em

saúde, na Atenção Primária à Saúde. As populações inseridas em nossos territórios de cuidado podem ficar desassistidas de uma hora para outra, os estudantes que supervisionamos passam a ter estágios vulnerabilizados e passamos a trabalhar em regime de medo, caso digamos algo que vá contra o que nossa gerente ou que a empresa dita.

Nosso movimento de paralisação é pelo médico Marco, pelo povo Pankararu e por todos os trabalhadores que veem seus vínculos empregatícios fragilizados dentro de um Sistema que é público, construído pelo povo e para o povo, profissionais esses que estão sobrecarregados após mais de dois anos de pandemia, tendo que dar assistência integral a sua equipe e fazer plantões de covid, o que, em algumas ub's, tem se tornado inviável, especialmente nos períodos de surto, sem descanso aos feriados e fins de semana. Portanto, além da revogação imediata da demissão do médico Marco Antônio Silva dos Santos, o coletivo de médicos e médicas da Atenção Primária à Saúde a região do Butantã lista as seguintes reivindicações:

- A decisão pelos profissionais que comporão a gerência das Unidades Básicas de Saúde deve passar pelo crivo dos trabalhadores e usuários. Os cargos de gerência devem estar à disposição das pessoas que trabalham e usam a Unidade e não da empresa.
- Não serão toleradas demissões sem justificativas ou motivadas por interesses outros que não digam respeito à assistência da população. Os conselhos devem inclusive ser envolvidos nesses processos decisórios. Os trabalhadores da saúde do SUS são em primeira e última instância do SUS e não de nenhuma empresa terceirizada. Reivindicamos que todas as demissões realizadas pelas OSS sejam justificadas e fiscalizadas por órgão competente com representações da secretaria de saúde, do conselho gestor segmento usuário e do segmento trabalhador.
- Médicos e médicas não mais cumprirão cargas horárias extras em sábados ou feriados que não queiram, muito menos quando avisados em tão curto

período de tempo como tem sido feito nos últimos dois anos. É imprescindível que não sofram assédio ou coação caso não possam ou não queiram ir.

- Fim dos descontos de horas em dias de ponto facultativo em que a UBS não abre. Nestes dias, não se faculta ao trabalhador a possibilidade de não dever horas, promovendo enorme déficit de horas trabalhadas em banco de horas a serem repostas em jornadas de trabalho pouco factíveis com a possibilidade de cada funcionário.
- Não toleraremos mais assédios de nenhuma parte da gestão dos serviços de saúde, devendo haver canal de comunicação, denúncia e apuração das mesmas por outros órgãos que não a própria OSS responsável pelas contratações.
- Avaliação crítica das metas com elaboração de plano de metas que incluam a qualidade da atenção e qualidade do acesso. Os números de atendimento puros não explicitam o bom desempenho na APS, havendo outros critérios quali e quantitativos que podem e devem ser levados em consideração. Reivindicamos instauração de comissão permanente para diálogo com a OSS e com a SMS sobre o assunto.

Exigimos respeito e segurança no nosso trabalho, indispensáveis para a prestação de uma assistência de qualidade à população, exigimos respeito ao controle social e a reintegração do médico Marco Antônio Silva dos Santos à UBS Real Parque.

Médicos e Médicas da Atenção Primária à Saúde da Região do Butantã

São Paulo, 15 de junho de 2022.